

**A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE LINGUÍSTICA
DO PORTUGUÊS FALADO EM ANGOLA: UMA REVISÃO
BIBLIOGRÁFICA E NOTAS SOBRE A SÓCIO-HISTÓRIA**

Manoel Crispiniano Alves da Silva (UEFS)

silvamanuel403@yahoo.com.br

Silvana Silva de Farias Araujo (UEFS)

silvana.uefs.2014@gmail.com

RESUMO

Com este texto, buscamos prioritariamente responder à seguinte questão: o português angolano (PA) está em processo de formação ou já possui uma identidade sociolinguística própria? Sobre essa questão, assinalamos que duas hipóteses dicotômicas são aventadas. Inverno (2004, 2008) e Teixeira (2008, 2013), com base em dados socio-históricos e linguísticos, advogam que o PA ainda está em processo de formação. Já Figueiredo e Oliveira (2013) não coadunam com essa ideia, pois, para esses pesquisadores, já se pode atribuir um estatuto de variedade nacional ao PA. Em face disso, realizamos uma revisão de literatura, a partir de trabalhos realizados por integrantes do Núcleo de Estudo da Língua Portuguesa (NELP), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), que contrastaram as duas variedades não europeias da língua portuguesa, a saber: a brasileira e a angolana (RODRIGUES, 2014; ARAUJO, 2016; ARAUJO; LUCCHESI, 2016; SILVA; ARAUJO, 2017; SANTOS, 2015, ARAÚJO; SILVA, 2019, entre outros) e buscamos verificar, com base nos resultados alcançados, qual hipótese se sustenta empiricamente. Após a revisão da literatura, os estudos desenvolvidos com dados de fala do português luandense, sendo esse representante do PA, mostraram que, para alguns fenômenos, há similaridade entre este e o português europeu (PE) e que, para outros, a similaridade verificada é com o PB. Essas direções contraditórias apontam que o PA é uma variedade ainda em processo de construção de sua identidade. Logo, coadunamos com a tese aventada por Inverno (2004, 2008) e Teixeira (2008, 2013), por julgarmos ser pertinente, tendo em vista o que demonstram os estudos empíricos realizados e a sócio-história de Angola.

Palavras-chave:

Português brasileiro. Português europeu. Variedades africanas do português.

ABSTRACT

With this text, we seek toprimarily answer the following question: is the Angolan Portuguese (AP) in its formation process or does it already have its own sociolinguistic identity? On this issue, we point out that two dichotomous hypotheses have been suggested. Inverno (2004, 2008) and Teixeira (2008, 2013), based on socio-historical and linguistics data, advocate that the PA is still in the process of being formed. Figueiredo and Oliveira (2013) do not agree with this idea because, for these researchers, a status of national variety can already be attributed to the PA. In view of this, we conducted a literature review, based on works carried out by members of the Portuguese Language Study Center (NELP), of the State University of Feira de Santana (UEFS), who listed the two non-European varieties of Portuguese language, namely: Brazilian and Angolan

(RODRIGUES, 2014; ARAUJO, 2016; ARAUJO; LUCCHESI, 2016; SILVA; ARAUJO, 2017; SANTOS, 2015, ARAÚJO; SILVA, 2019, among others) and we will try to verify, based on the results achieved, which hypothesis is empirically supported. After reviewing the literature, studies developed with speech data from the Portuguese from Luanda, being this representative of the Brazilian Portuguese, show that there is similarity between this one, the European Portuguese and others, in which the similarity verified is with BP. These contradictory directions point out that the AP is a variety yet in the process of constructing its identity. Thus, we agree with the thesis suggested by Inverno (2004, 2008) and Teixeira (2008, 2013), for we think it is coherent, in view of what the empirical studies carried out and the socio-history of this former Portuguese colony in Africa demonstrates.

Keywords:

Brazilian portuguese. European Portuguese. African varieties of Portuguese.

1. Considerações iniciais

As relações comerciais e socioculturais entre Brasil e Angola, durante o período colonial e imperial, são inegáveis. A partir dos séculos XVII e XVIII, este país exerceu um papel centralizador no tráfico de homens negros que seriam escravizados no Brasil (BONVINI, 2013). Nesse período, Luanda, atual capital dessa nação, tornou-se um local fixo de embarque de negros que vinham do interior para o trabalho escravocrata na América. Eles passavam meses nos conhecidos “barrações” e, inevitavelmente, por falarem línguas diferentes, mas que apresentavam semelhanças tipológicas, acabavam mantendo o contato linguístico e adotando uma língua veicular, conforme aponta Bonvini (2013, p. 32): “[...] falantes de línguas africanas diferentes, mas tipologicamente próximas, o que pôde conduzir, no caso de Angola, à adoção do *quimbundo* como língua veicular, falada em Luanda [...]”.

Diante desse contexto, fica evidente que a sócio-história do português falado no Brasil foi marcada por intenso contato entre línguas, sobretudo da língua portuguesa com as línguas africanas, já que, durante o período colonial e imperial, o número de negros africanos e seus descendentes suplantou a etnia branca no Brasil (MUSSA, 1991). Porém, apesar desses fatos sócio-histórico-culturais de contatos linguísticos ininterruptos, a investigação sobre o impacto da presença africana só começou a vir à baila de forma sistemática, no cenário dos estudos linguísticos do Brasil, a partir da década de 1930, com as publicações dos trabalhos de Mendonça (1933) e Raimundo (1933). Antes disso, a pesquisa brasileira centrava-se, majoritariamente, na comparação do português brasileiro com a variedade europeia, chegando à conclusão de que o PB apresenta-

va traços que o distinguia radicalmente da língua da ex-metrópole, como afirma Tarallo (2018[1993], p. 79): “Sem vias de dúvidas, entretanto, pode ser afirmado que o cidadão brasileiro já estava de posse, ao final do século XIX, de sua própria língua/ gramática”.

À vista dos dados apresentados, para uma compreensão efetiva da realidade sociolinguística brasileira, não se pode apenas contrastar aspectos da variedade brasileira à europeia, mas deve-se contrastá-la também às variedades formadas por meio do intenso e maciço contato linguístico na África, a exemplo do que ocorreu em Angola. Assim, as discussões apresentadas neste texto contribuem para agenda de estudos que investigam a língua portuguesa falada em países africanos, ao investigar se a variedade angolana “já começou a escorrer a sua própria tinta”, a exemplo do que já se verifica com o “português d’aquém e d-além-mar”, que assumem a sua própria gramática, colocando-se como as duas grandes variedades nacionais da língua portuguesa.

Dado o exposto, para alcançar o objetivo pretendido, além desta seção introdutória, o presente artigo conta com mais quatro. Na segunda, sistematizamos aspectos linguísticos e sócio-históricos de Angola, na terceira, apresentamos e discutimos as duas hipóteses aventadas para a configuração atual do português angolano. Logo em seguida, os principais resultados de estudos feitos com dados de fala de Angola e do Brasil são comentados e, por último, fazemos as considerações finais do trabalho.

2. Notas sobre a sócio-história e a realidade linguística de Angola

No que concerne ao processo de formação de Angola, é de suma relevância compreender que *As Grandes Navegações*, empreendidas por Portugal no século XV e consolidando-se nos séculos seguintes, tinham como objetivo primordial estabelecer novas relações comerciais. Nesse período, devido à conquista de novas colônias em várias partes do mundo, a exemplo da África, esse país tornou-se um grande império ultramarino e a potência mundial da época. Foi nesse contexto de expansão territorial que os portugueses aportaram em Angola no século XV.

O primeiro contato de angolanos e portugueses data do século XV, mais especificamente em 1482, quando uma frota portuguesa, sob o comando de Diogo Cão, aportou na foz do Rio Zaire, que banhava o Reino do Congo, região onde vivia os povos bantus. Assim, iniciou-se uma ampla exploração comercial e humana, sendo o tráfico de escravos para a

América a atividade mais lucrativa desenvolvida pelos portugueses nesse período.

A relação desenvolvida entre os colonizadores lusos e os povos autóctones africanos foi marcada por uma tradição mitológica que levou os povos bantos a compreenderem a chegada dos portugueses como um ato sagrado, porque “[a]os olhos dos congoleses, o rei português passava, pois, a ser assimilado a Zambem-apongo, divindade suprema dos povos banto, senhor que reivana no mundo dos mortos [...]” (VAINFAS E SOUZA, 2006, p. 51 *apud* CAREGNATO, 2010, p. 7).

Somado a esse fator, Caregnato (2010) deixa evidente que a relação amistosa desenvolvida entre os portugueses e o Reino do Congo foi uma construção. Em 1485, Diogo Cão aportou, pela segunda vez, no referido Reino e levou para Portugal alguns africanos do grupo banto e lá tiveram, de forma intencional, um tratamento digno, tendo o direito de aprender hábitos culturais do colonizador que era visto como enviados pelos deuses, para que, quando retornassem à terra natal, difundissem boas referências.

Em face dos fatos apresentados, os colonizadores foram privilegiados e ganharam a confiança das lideranças políticas para implementar o seu projeto colonizador que perdurou por quase cinco séculos, findando apenas na segunda metade do século XX. Nesse sentido, Caregnato (2010) afirma que:

[...] os portugueses desenvolveram um sistema organizado, isto é, as lideranças políticas eram cooptadas e auxiliavam o poderio português na apreensão de indivíduos, que eram destinados aos portos principais de Luanda e Benguela e, posteriormente, enviados principalmente ao Brasil, colônia portuguesa na América, que necessitava de mão de obra para a manutenção do sistema escravocrata. (CAREGNATO, 2010, p. 08)

A sócio-história de Angola é marcada por sucessivas guerras que trouxeram inúmeras consequências econômicas e sociais notáveis até a atualidade. A crise no Colonialismo Europeu, que ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, vai impulsionar a luta pela independência política de Angola. Assim, durante as décadas de 1950 e 1960, o processo descolonizador ganhou força no continente africano, sendo que, conforme aponta Silva (2018), nessa época, muitas colônias que haviam se tornado independentes, tiveram o seu processo de independência cerceado pelo regime ditatorial de Salazar em Portugal.

Nesse contexto, três movimentos surgem na luta contra o colonia-

lismo português, estes são: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). A Revolução dos Cravos, que ocorreu em Portugal em 25 de Abril de 1974, pôs fim ao regime ditatorial do Estado Novo, instituído por Antônio Salazar e acelerou o processo de reconhecimento da independência de Angola por Portugal. Assim, após uma luta armada que perdurou 14 anos (1961 a 1975) contra o jugo português, após a assinatura do Acordo do Alvor pelo Governo de Portugal e representantes dos movimentos de libertação, chega ao fim a revolta contra a colonização portuguesa (UNDOLO, 2014; SILVA, 2018).

Entretanto, os referidos movimentos nacionalistas, apesar de terem um objetivo comum, que era libertar Angola do domínio de Portugal, tinham ideologias diferentes, o que resultou, no mesmo ano que havia conquistado a independência da nação, em uma Guerra Civil que durou 26 anos, tendo início em 1975, findando apenas em 04 de abril de 2002.

Em relação à diversidade linguística na África, Petter (2015) advoga que a distinção de língua e dialeto é política e não linguística, já que ambos cumprem uma função comunicativa. Assim, o número de línguas no continente africano não é fixo, pois, com o trabalho de descrição e documentação linguística, algumas línguas perderam o seu *status* de línguas, sendo agrupadas em dialetos ou o contrário. Isso se justifica devido à dificuldade na distinção entre esses dois conceitos.

Em Angola, esse cenário de indefinição não é diferente. O número de línguas africanas existentes nessa nação ainda é motivo de divergência entre os linguistas africanistas, como bem destaca Lusakalalu (2005 *apud* UNDOLO, 2014):

Num trabalho publicado em 1994, a linguista alemã Huth afirma que existem em Angola 64 línguas. Esta contagem contrasta significativamente com [...] outra, apresentada pelo linguista angolano Kukanda, segundo a qual Angola conta com 9 línguas bantu. Para se chegar a mais de sessenta línguas, Angola teria de ter mais de cinquenta línguas não-bantu [...]. A margem de erro entre os dois linguistas não se consegue conciliar [...] (LUSAKALALU, 2005, p. 09 *apud* UNDOLO, 2014, p. 80)

À vista da citação supra-apresentada, pode-se tirar duas conclusões: i) o território angolano sociolinguisticamente é caracterizado por um multilinguismo; ii) nesse país, são faladas, majoritariamente, línguas do grupo banto. Entretanto, a língua do colonizador, a língua portuguesa

sa, foi a imposta como oficial e uma série de medidas foram adotadas para coibir o uso das línguas autóctones no território angolano.

O ato político de instituir o português como língua oficial trouxe implicações sociais. Isso significa dizer que essa passa a ser a norma que deverá ser utilizada na administração pública e no ensino, e o indivíduo, para conseguir uma ascensão social, isto é, torna-se um “assimilado”, necessita aprendê-la, devendo aproximar-se ao falar lusitano, pois o português com influência das línguas nativas era chamado, de forma discriminatória, de “pretuguês” (MINGAS, 2000).

Com a independência do Brasil, Portugal, temendo perder mais uma colônia, volta sua atenção e aumenta a sua presença e exploração no território angolano. Nesse sentido, Inverno (2009, p. 3) apresenta uma estimativa da população angolana de 1845 a 1970, baseado no estudo de Bender (2004, p. 71), a qual demonstra um crescimento gradativo da presença de brancos, sendo que em 1845 era de 0,03%, passando a 5,1 em 1970. Por outro lado, a presença africana de 1845 a 1970 nunca registrou um percentual abaixo de 95%.

Além disso, a Guerra Civil que devastou Angola fez com que as pessoas, sofrendo os efeitos desse período, migrassem para os centros urbanos, a exemplo de Luanda, com o fito de buscar melhores condições de vida. Contudo, apesar de falarem línguas tipologicamente próximas, mas incompreensíveis entre si, tiveram que aprender o português, que foi transformando em língua veicular, isto é, de unidade nacional e L1 das gerações que nasciam nessa circunstância histórica.

3. O estatuto nacional de variedade do português angolano

No que se refere ao PB, é tranquila a postulação da existência de uma variedade nacional da língua portuguesa, isto é, divulga-se que há uma identidade linguística nacional em relação ao português europeu (PE), embora se reconheça que, sob este rótulo, exista uma diversidade de normas e de registros, que faz com que admitamos que, sob o rótulo “Português Brasileiro”, há uma “diversidade na unidade”, mas essa diversidade não impede, em linhas gerais, o contraponto desta variedade nacional em relação ao PE. Nesse sentido, estamos colocando como pacífica a questão de que há traços linguísticos no PB que o individualizam em relação ao PE, mas não estamos admitindo que entre essas duas variedades linguísticas exista uma autonomia que as coloquem como duas lí-

guas, isto é, como sistemas linguísticos distintos, conforme, de forma extremada, defende Bagno (2011).

Em vários estudos em que se focalizaram as diferenças entre o PB e o PE, é exposta uma gama de diversos fenômenos variáveis no que tange a essas duas variedades, a exemplo do que se dá com o sistema pronominal e a ordem das palavras, que exibem diferenças notáveis (GALVES, 1993). De fato, ao se comparar as gramáticas dessas duas variedades, são vistas muitas alterações no que tange ao uso dos pronomes. No PB, há peculiaridades de uso que envolvem, por exemplo: (i) a implementação de alguns pronomes pessoais sujeito, com diferenças qualitativas e quantitativas em relação ao PE, a exemplo das que envolvem as formas *ocê* e *a gente*; (ii) o uso dos pronomes objetos, tanto no que diz respeito à sua colocação, que é preferencialmente proclítica, quanto ao uso inovador de certas formas, como o dos clíticos acusativos *lhe* e *ele* e os objetos nulos; (iii) a perda do *se* apassivador, o qual tem sido mais utilizado como partícula indeterminadora.

Conforme já expusemos neste texto, ao contrário do que ocorre entre o PB e o PE, essa questão não é colocada como pacífica quando se trata de discutir o estatuto de variedade nacional para o português falado em países africanos, como é o caso de Angola, objeto deste estudo. Essa questão polêmica é compreensível, uma vez que só recentemente linguistas têm-se voltado para analisar o português falado no continente africano (PETTER, 2007). Nesse sentido, torna-se fundamental analisar aspectos socio-históricos e linguísticos que possam arrazoar, com margem de segurança, o entendimento sobre as seguintes questões: (i) podemos reclamar o estatuto de variedade nacional para o português falado em Angola (PA)? (ii) existem características comuns entre o português brasileiro e o português angolano e, caso existam, resultam de processos paralelos de formação, isto é, de reestruturação parcial da gramática europeia? A segunda questão será tratada de forma mais pormenorizada na próxima seção deste texto. Por ora, vamos apresentar algumas das principais tomadas de decisão na tentativa de se responder à primeira pergunta.

Inverno (2004; 2008), reconhecendo as aproximações entre variedades vernaculares brasileiras e angolanas, já apontadas por outros estudiosos, busca compreender até que ponto essas características comuns resultam de processos paralelos de reestruturação parcial e, igualmente, busca avaliar em que medida a situação sociolinguística nos dois países no período de pós-contato poderá legitimar ou problematizar essa possibilidade. A autora apoia-se em dados sócio-históricos desses dois países

e afirma que a situação sociolinguística no Brasil foi, desde os primeiros momentos de colonização, substancialmente diferente da de Angola. A presença africana no Brasil gerou a criação de uma variedade reestruturada do português, resultante de um processo de aquisição do português L2 por uma grande massa de falantes, que estará na origem da variedade sincrônica do português vernacular brasileiro e difundida por todo o Brasil, devido à penetração africana no interior após a descoberta de pedras e metais preciosos no país. Já no que tange à Angola, a autora afirma que a realidade sincrônica é diferente, haja vista que a identidade nacional é preenchida pelas línguas africanas, enquanto o português é a língua veicular, da administração e do ensino formal.

Para a autora, a história sociolinguística dos dois países reitera também a possibilidade de uma formação mais recente para o português vernacular angolano (PVA), pois, enquanto que, no Brasil, estiveram reunidas, desde o primeiro período de colonização, as condições necessárias para uma reestruturação parcial do português em áreas isoladas e, posteriormente, difundida por todo o país, em Angola, a situação foi diferente, haja vista que a interiorização do português somente ocorreu a partir do século XX, tendo estado, até então, a língua portuguesa circunscrita à elite afro-portuguesa que habitava a costa. Assim, para a autora, por ser recente e restrito social e geograficamente, o processo de estabilização da variedade vernacular angolana não estaria ainda concluído. A autora aponta ainda o elevado nível de bilinguismo e manutenção das línguas banto como línguas maternas da maioria da população. Desse modo, a autora afirma:

Efectivamente, os fenômenos de concordância variável analisados neste trabalho, embora presentes nas duas variedades devido à influência do substrato banto, apresentam, contudo, uma menor estabilidade/cristalização no PVA, parecendo, assim, apontar para uma formação mais recente desta variedade. Tornam-se, pois, necessários estudos mais aprofundados da morfossintaxe banto que permitam compreender em que moldes a influência de substrato se terá processado e que relação estabelece com os padrões de variabilidade ao nível da concordância de número, gênero e sujeito/verbo. (INVERNO, 2004, p. 210-11)

Indo na mesma direção, os estudos realizados por Teixeira (2008, 2013) evidenciam que a “angolanidade” do português ainda está em processo de formação, isto é, ainda não se verifica uma singularidade na fala angolana em relação à europeia. As semelhanças morfossintáticas entre as variedades brasileira e angolana pareceram impressionantes e motivaram a autora a empreender uma pesquisa de campo em Luanda, muito motivada pelo que mostra a história do contato do português com línguas

africanas, em especial, as do grupo banto: “Assim, pareceu-me razoável, *mutatis mutandi*, tomar a cidade de Luanda como espelho da realidade linguística brasileira dos períodos colonial e imperial e observar o contato entre as línguas ainda presentes” (TEIXEIRA, 2008, p. 3). Para a autora, a cidade se oferece como um campo de estudos extraordinariamente rico e estimulante para qualquer pesquisador interessado em participar do debate sobre as raízes do português brasileiro, principalmente pelo fato de ter recebido muitos migrantes do interior após os processos de guerra pela Independência e da Guerra Civil.

A hipótese aventada por Teixeira (2008, 2013) para o estatuto nacional de variedade do português angolano vai ao encontro da sustentada por Inverno (2004, 2008), exposta anteriormente neste trabalho. Para a autora, podem-se extrair duas principais conclusões: (i) o tempo de contato entre angolanos e portugueses foi muito mais curto do que o nosso porque, anteriormente ao século XIX, não existiu uma sociedade lusoafricana e (ii) usava-se muito provavelmente a língua de preto, ou preto-guês, para a comunicação entre angolanos (sob as e escravos) brasileiros e portugueses. Fechando o raciocínio, conclui que: a) o português angolano ainda se encontra em formação, o que significa poder compará-lo hoje ao português do Brasil do século XIX e b) muitos escravos da região chegavam ao Brasil já conhecendo a língua de preto. Para a autora o fato de o contato entre portugueses e africanos em Angola terem se dado sobretudo nos séculos XIX e XX, quando a gramática do PE já havia passado por mudanças profundas, poderia ter gerado diferenças marcantes entre o PVA e o PVB, mas as suas pesquisas demonstram semelhanças entre essas duas variedades do português, levando-a a corroborar a tese dos efeitos do contato numa situação de transmissão linguística irregular do português, em que se observa também transferência de traços das línguas nativas africanas (LUCCHESI, 2000). Para a autora, “tal qual aconteceu no português do Brasil, é possível que, no futuro, alguns desses fenômenos variáveis venham constituir mudanças “vindas de baixo” (TEIXEIRA, 2013, p. 164).

Com entendimento diferente para a questão do estatuto nacional de variedade para o português de Angola, Figueiredo e Oliveira (2013), ao comparar o português afro-indígena de Jurussaca (estado do Pará, norte do Brasil) e o português falado no município do Libolo (Província do Kwanza-Sul, interior de Angola), constatam que, em nível estrutural, há tanto similaridades quanto dissemelhanças, levando-os a reclamarem o estatuto de nacional para o PVA. Diante das similaridades entre o portu-

guês vernacular brasileiro e angolano, línguas crioulas e línguas africanas, os autores chamam a atenção para a pertinência de se considerar a proposta que se vê em Petter (2007) e ainda em Figueiredo (2010, 2010a) no tocante a um contínuo de português constituído por variedades africanas e brasileiras. As análises realizadas com dados do português do Libolo levaram-no a reclamarem o estatuto nacional de variedade para o PA, nos moldes propostos por Miguel (2008, p. 47), pelo fato de este, a exemplo do que sucede no Brasil, apresentar diversidade relativamente ao PE, sobretudo no que concerne aos falares populares e rurais. A grande semelhança que se vê entre o português do Libolo e o português de Jurussaca está no uso dos clíticos, em geral:

No que concerne à questão das tendências e extensões de variação observadas no PLb, confirmou-se um quadro de mudança consumada no uso dos clíticos, reflexivos e recíprocos, que o distancia do sistema padrão/normativo do PE e que, pelas suas semelhanças com o PAng, concede evidências para que se reclame uma identidade própria para este. Esta identidade, por seu lado, constitui fundamento e mais valia inquestionáveis para que se reconheça e atribua o estatuto nacional de variedade ao PAng. (FIGUEIREDO; OLIVIERA, 2013, p. 71)

Sobre essa questão, destacamos que o município do Libolo encontra-se no interior, onde, pelas evidências sócio-históricas, as condições de acesso, para se adquirir a língua-alvo, foram mais limitadas, algo que pode justificar o ponto de vista dos autores. Alguns fenômenos, no entanto, revelaram um comportamento diferenciado do que se dá no PB. No que concerne à forma “a gente”, por exemplo, é escasso o seu uso (apenas 4 realizações num universo de 207 ocorrências com recurso ao pronome pessoal 1ª pessoa do plural), sempre atestado como pronome exclusivo (eu + ele [s]), com referência mais indeterminada e não com a amplitude que se verifica no PB.

Como expusemos nesta seção, a identidade sociolinguística angolana cabe ser mais bem avaliada, com base em resultados empíricos obtidos a partir de pesquisas qualitativas e quantitativas. A próxima seção destina-se a apresentar alguns resultados de pesquisas, que podem auxiliar a responder à questão central deste estudo.

4. *Revisão de literatura: o que apontam os estudos já realizados?*

Os estudos sistematizados nesta seção foram desenvolvidos, com base no aparato teórico e metodológico da Sociolinguística Variacionista, com dados de fala do PB, mais especificamente com dados coletados na

região do semiárido baiano e com dados orais do português falado na cidade de Luanda, capital de Angola, sendo essa variedade representante do PA. Esses bancos de dados pertencem ao Núcleo de Estudo da Língua Portuguesa, sediados na Universidade Estadual de Feira de Santana, o primeiro faz parte do acervo linguístico do projeto “A língua portuguesa falada no semiárido baiano” e o segundo “Em busca das raízes do português brasileiro”. As pesquisas analisaram diferentes fenômenos no nível morfossintático da língua e desenvolveram um estudo contrastivo entre as referidas variedades não europeias, deslindando, assim, as similaridades e as diferenças existentes entre ambas as ex-colônias portuguesas.

Nessa perspectiva, Rodrigues (2014) investigou a variação na Concordância de Gênero no Sintagma Nominal nas comunidades rurais de Barra/Bananal dos Negros, localizadas no município de Rio de Contas, Chapa Diamantina, Bahia, e em Luanda. Nos *corpora* estudados, obteve um total de 2133 dados, sendo que 2108 foram com a regra canônica de aplicação de concordância de gênero (doravante RCG) e 25 sem o uso dessa regra de concordância. Nesse aspecto, apesar da realidade ser diferente, tendo em vista que uma comunidade é rural e a outra é urbana, os resultados apresentaram convergências entre a variedade falada em ambas as comunidades de fala, como conclui a pesquisadora: “[...] há muitas convergências nos resultados encontrados no tocante à aplicação da RCG. O percentual de não aplicação da regra para as comunidades em análise é de apenas 1%” (RODRIGUES, 2014, p. 267).

Por outro lado, em relação à concordância verbal, os resultados alcançados por Araújo (2016) divergem dos obtidos por Rodrigues (2014). Araújo (2016) pesquisou o uso variável na concordância verbal com o uso da primeira pessoa do plural em duas variedades urbanas de língua portuguesa, a saber: a falada no município de Feira de Santana, na Bahia, e a de Luanda. Na amostra do PB (nas vertentes culta e popular feirense), foram encontrados 152 dados, sendo que os informantes analfabetos e semianalfabetos apresentaram um amplo quadro de variação no uso das regras de concordância, pois de um total de 40 ocorrências, 22 foram aplicadas a regra padrão, em termos percentuais, isso representa 55% dos dados. Em relação à norma culta, os resultados apontam para um uso categórico da marca de concordância o que aponta para uma bipolarização de normas. Entretanto, os resultados referentes ao português de Luanda foram diferentes dos encontrados no Brasil, pois de um total de 443 ocorrências encontrados em ambas as normas, apenas em um dado houve a erosão na morfologia flexional. Portanto, Araújo (2016) chegou

às seguintes conclusões:

A análise contrastiva realizada neste estudo demonstrou não haver semelhanças entre o português luandense (PL) e o português feirense, respectivamente representantes do português angolano (PA) e do brasileiro (PB). Nesse sentido, considerando que estudos têm revelado um notável contraste entre o português brasileiro (PB) e o PE, no que tange ao uso variável da concordância verbal (GANDRA, 2009, Araújo, 2012), é possível postular que o PL se aproxima notoriamente da variante europeia. (ARAÚJO, 2016, p. 41) (grifos nossos)

Similarmente, Araújo e Lucchesi (2016) analisaram o uso variável da concordância verbal com a terceira pessoa do plural no português feirense e no luandense. A base de dados encontrada foi de total de 1969 ocorrências da variedade brasileira e 657 da angolana. Acolhendo a visão da bipolarização de normas que caracterizam a realidade sociolinguística brasileira, investigou, de forma separada, a aplicação da regra nos dois grandes polos (culto e popular) das duas variedades estudadas.

A distribuição dos resultados nas duas normas do português de Feira de Santana revela que há um abismo entre os polos, pois de um total de 1310 dados, encontrados na vertente vernacular, 989, ou seja, 75,5% foram de não aplicação da regra padrão, enquanto na norma culta esse percentual cai de forma significativa, visto que, de um total de 659, apenas 40, isto é, em termos percentuais 6,1%, apresentaram a erosão na morfologia flexional. Em relação ao PA, os resultados revelaram-se diferentes, na medida em que a norma angolana usa a variante não padrão de forma mais incipiente. Assim, “[e]m outras palavras a situação do PA não é tão bipolarizada quanto no PB, haja vista que a diferença de frequência encontrada nas duas normas foi de apenas 5 pontos percentuais” (ARAÚJO; LUCCHESI, 2016, p. 95).

No que concerne a outro nível sintático da língua, a colocação dos pronomes clíticos, Araújo e Silva (2019) pesquisaram a colocação pronominal no português feirense e compararam os resultados com os alcançados com os de Araújo e Silva (2018) acerca desse fenômeno no português de Luanda, buscando verificar as semelhanças e as dessemelhanças. Os pesquisadores aventaram a hipótese de que encontrariam similaridades entre ambas as variedades, já que foram formadas em circunstância histórica semelhante. Tal postulação foi confirmada, sendo a variante próclítica a que apresentou uma maior frequência de uso no PA e no PB, não sendo encontrado uso de mesóclise nos *corpora* estudados. Além disso, notaram que esse fenômeno é variável no PA e, no PB, apresenta uma mudança em progresso no sentido de implementação da próclise.

Nesse sentido, os pesquisadores acreditam que,

[...] quando esse país assumir o seu perfil sociolinguístico, no que concerne à posição dos clíticos pronominais, a língua portuguesa falada nesse país caminhará para o mesmo processo de mudança que vem passando o português feirense. **Essa afirmação se justifica pela semelhança nos contextos sintáticos selecionados pelo programa estatístico como favorecedores da colocação pré-verbal nas duas ex-colônias portuguesa e um distanciamento dessas com a norma do colonizador, a exemplo de próclise em início absoluto de oração/ período, ambiente sintático exclusivamente enclítico na história e no PE moderno.** (ARAÚJO; SILVA, 2019, p. 581) (grifo nosso)

Em direção similar, Silva e Araujo (2017) pesquisaram a regência variável dos verbos assistir e namorar no português feirense e luandense. Diferentemente dos estudos sistematizados até aqui, este trabalho tem um caráter descritivo, pois, segundo os pesquisadores, houve um baixo número de ocorrências nos *corpora* representativos da variedade falada em ambas as nações o que inviabilizou a realização de uma análise quantitativa. Após comparar os resultados alcançados nas duas comunidades de fala, notaram que a regência preferida dos feirenses e dos luandenses é a não padrão, apresentando, pois, uma semelhança entre o português falado no PB e no PA, conforme se observe nas palavras dos autores:

Estudos realizados vêm mostrando semelhanças morfossintáticas entre a vertente popular do PL e a do PB (PETTER, 2007, 2009, 2015; TEIXEIRA, 2013). A análise contrastiva realizada neste artigo no intercâmbio sociolinguístico entre o PL e o Português de Feira de Santana-BA não apenas comprova o que afirmam as autoras, **mas demonstra que há uma aproximação muito grande entre as duas vertentes (a culta e a não culta) da amostra de fala de Luanda-Angola, apresentando um grau elevado de não padronização do PL. Nesse sentido, havendo uma aproximação com a variável dos respectivos verbos com o português feirense, sendo este representante do PB.** (SILVA; ARAÚJO, 2017, p. 508) (grifo nosso)

Nessa perspectiva, Santos (2015) investigou a variação na regência do verbo *ir* de movimento na fala luandense e encontrou um total de 155 dados, sendo 24 da preposição *a*, 77 da variante *para* e 54 de *em*, sendo, respectivamente, em porcentagem, 15%, 50% e 35%. O baixo uso da variante *a*, preconizada pela tradição gramatical e o uso da forma não padrão *em*, sendo que esta não rege verbos de movimento no PE, conforme constatou a pesquisadora em uma análise constituída por 12 informantes com baixa escolaridade pertencentes ao banco de dados do *corpus* Dialeto para o estudo da Sintaxe do centro da Universidade de Lisboa, levam a autora a acreditar que isso “[...] denuncia um caminho para nativização de formas angolanas, para a formação do português de

Angola [...]” (SANTOS, 2005, p. 88).

Dado o exposto, esses resultados levam Santos (2015) a fazer a seguinte afirmação:

Os resultados sobre o português angolano falado em Luanda são relevantes para a caracterização desta variedade do português e fornecem contribuições para a discussão sobre formação do português brasileiro, **uma vez que os resultados apontam para as mesmas semelhanças já encontradas na variedade brasileira. E o fato de haver convergências para a regência do verbo de movimento *ir* entre o português brasileiro e angolano, nos leva a considerar que o processo específico de transmissão linguística irregular pode, sim, ter desencadeado transferências de matrizes oracionais comuns às línguas bantu para o português adquirido como L2 por falantes nativos dessas línguas**, que transmitiam o *input* para várias gerações de falantes que adquiriram o português como L1 tanto no Brasil como em Angola. (SANTOS, 2015, p. 100) (grifo acrescentado)

5. Considerações finais

O território angolano apresenta um multilinguismo generalizado, não havendo consenso entre os estudiosos no número certo de línguas africanas que existem nesse território. Por razões do processo colonizador português, a língua do colonizador foi instituída como a oficial e a de prestígio. Apesar do conjunto de medidas adotadas pela coroa portuguesa para coibir o uso das línguas nacionais, essas conseguiram existir e resistir às políticas adotadas que visam promover uma marginalização das línguas autóctones em favor do português, tornando o território angolano linguisticamente diverso.

Dados acerca da sócio-história de Angola demonstram que essa foi marcada por sucessivas guerras. A princípio, pela luta armada contra o colonialismo português, e logo depois, os movimentos que lutaram pela libertação política levaram o país a uma Guerra Civil que findou em 2002.

Os estudos sistematizados neste trabalho demonstram que há certa instabilidade na variedade angolana, na medida em que, no que se refere à concordância de gênero, estudado por Rodrigues (2014), há uma semelhança entre a norma angolana e a brasileira. Na mesma direção, essa similaridade foi atestada por Araújo e Silva (2019) sobre a posição dos clínicos pronominais, Silva e Araújo (2017) acerca da regência variável dos verbos *assistir* e *namorar* e Santos (2015) sobre a regência do verbo *ir* de

movimento. Esses pesquisadores encontram uma aproximação entre os usos linguísticos dos respectivos fenômenos estudados entre a variedade brasileira e a angolana e um distanciamento dessas em relação à norma europeia. Por outro lado, os resultados alcançados por Araújo (2016) e Araújo e Lucchesi (2016) sobre o uso da concordância verbal apresentaram um distanciamento da variedade angolana da brasileira e uma aproximação com o PE.

Diante dos fatos supracitados, tendo em vista que o país livrou-se do jugo português há pouco mais de 40 anos e enfrentou uma Guerra Civil que devastou o país, e os estudos desenvolvidos com dados de fala coletados em entrevistas sociolinguísticas apontam para direções distintas, nos leva a acreditar que a variedade angolana ainda está em processo de formação, coadunando, pois, com a hipótese aventada por Inverno (2004, 2008) e Teixeira (2008, 2013).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. A concordância verbal nos continentes sociolinguísticos do português brasileiro e do luandense. *Interdisciplinar: Revista de Estudos em Língua e Literatura*, v. 24, p. 25-46, 2016.

_____; LUCCHESI, Dante. Um estudo contrastivo sobre a concordância verbal em Feira de Santana e em Luanda. *Papia*, v. 26, p. 71-99, 2016.

ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; SILVA, Manoel Crispiniano Alvesda. Sintaxe dos pronomes clíticos no português falado em Feira de Santana-BR: uma comparação com o português luandense. *MACABÉA – Revista eletrônica do NETLLI*, v. 08, p. 563-84, 2019.

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

BONVINI, Emilio. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: PETTER, Margarida; FIORIN, José Luiz (Orgs). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CAREGNATO, Lucas. Domínio colonial português em Angola nos séculos XV e XVI. *X Encontro Estadual de História – ANPUH-RS*, 2010, Santa Maria. *Anais do X Encontro Estadual de História – ANPUH-RS*. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2010.

FIGUEIREDO, Carlos Felipe. Guimarães; OLIVEIRA, Marcia Santos Duarte. Português do Libolo , Angola, e português afro -indígena de J u-russaca, Brasil: cotejando os sistemas de pronominalização . *Papia – revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico* (Brasília), v. 23, p. 105-85, 2013.

FIGUEIREDO, Carlos Filipe Guimarães. 2010b. *A concordância plural variável no sintagma nominal do português reestruturado da comunidade de Almoxarife, São Tomé*: desenvolvimento das regras de concordância variáveis no processo de transmissão-aquisição geracional), v. 1 e 2. Tese de doutorado. Macau: Universidade de Macau – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Português, 2010a.

_____. Paralelismos morfossintáticos em variedades do grupo niger-congo atlântico, crioulos atlânticos de base portuguesa e variedades africanas e brasileiras de português: transferência ou trajecto universal de aquisição. *10^{ème} Colloque International de l'Association de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola (ACBPLe)*. Llacan, Campus CNRS de Villejuif, Paris, France. 1-3 de Julho, 2010.

GALVES, Charlotte. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: KATO, Mary A.; ROBERTS, Ian (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Unicamp, 1993. cap. XII, p. 387-406

INVERNO, Liliana. Português vernáculo do Brasil e Português vernáculo de Angola: reestruturação parcial vs. mudança linguística. In: FERNÁNDEZ, Mauro; FERNÁNDEZ-FERREIRO, Manuel; VÁZQUEZ VEIGA, Nancy (Ed). *Los Criollos de base ibérica*: ACBLPE. Madrid: Iberoamericana/Frankfurt Am Main: Vervuert, p.201-213, 2004.

_____. A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal. In: CARVALHO, Ana Maria (Ed.). *Português em contato*, Madrid, Frankfurt: Iberoamericana, Editorial Vervuert, 87-106, 2009.

_____. Português vernáculo do Brasil e português vernáculo de Angola: um estudo morfossintático do sintagma nominal. In: CARVALHO, Ana. (Ed.). *Português em contato*. Madrid, Frankfurt: Iberoamericana, Editorial Vervuert, 2009.

LUCCHESI, Dante. *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira*: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa).

Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

MENDONÇA, Raimundo. *A influência africana no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Sauer, 1933.

MIGUEL, Maria Helena S. A língua portuguesa em Angola: normativismo e glotopolítica. *LUCERE* 5, Ano 4: 35-48, 2008.

MINGAS, Amélia. *Interferência do Kimbundo falado em Lwanda*. Luanda: Editorial Caxinde, 2000.

MUSSA, A. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 1991.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. Uma hipótese explicativa do contato entre o português e as línguas africanas. *Papia – Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares* 17: 9-19, 2007.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. In: PETTER, Margarida. (Org.). *Introdução à Linguística Africana*. São Paulo: Contexto, 2015.

RAIMUNDO, Jacques. *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Renascença, 1933.

RODRIGUES, Evani Pereira. A concordância nominal de gênero em sintagmas nominais: um estudo contrastivo entre comunidades rurais baianas e Luanda/Angola. In: ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de Almeida; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais (Orgs). *Variação linguística no seminário baiano*. Feira de Santana: UEFS, 2014.

SANTOS, Maria Rosane Passos dos. “*Amanhã vais na panela*”: um estudo sobre a regência do verbo ir no português falado em Luanda. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, UEFS, Feira de Santana, 2015.

SILVA, Antônio Carlos Matias da. Angola: história, luta de libertação, independência, guerra civil e suas consequências. *NEARI EM REVISTA*, v. 4, n. 5 2, p. 01-15, 2018.

SILVA, Manoel Crispiniano Alves da; SILVANA Silva de Farias Araújo. As regências dos verbos assistir e namorar no intercâmbio sociolinguístico entre o Português de Luanda-Angola e o Português do Brasil: Para uma compreensão da realidade sociolinguística e sócio-histórica do Português Brasileiro. *Travessias Interativas*, v. 14, p. 01-14, 2017.

TARALLO, Fernando. Diagnosticando uma gramática brasileira: o por-

tuguês d'aquém e d'alémar-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, Ian; KATO; Mary A. (Orgs). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018[1993].

TEIXEIRA, Eliana Pitombo. O pronome você no português de Luanda. In: LIMA-HERNANDES, Maria Célia; MARÇALO, Maria João; MICHELLETTI, Guaraciaba, MARTINS, Vilma Lia de Rossi. (Orgs). *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: FFLCH-USP, 2008.

TEIXEIRA, Eliana Pitombo. Aspectos da pronominalização no português vernacular de Luanda: uma comparação com o português do Brasil. In: LOPES, Norma da Silva; BULHÕES, Lígia Pelon de Lima; CARVALHO, Cristina dos Santos. (Orgs). *Sociolinguística: estudo da variação, da mudança e da sócio-história do português brasileiro, sociolinguística paramétrica, sociofuncionalismo*. Feira de Santana: UEFS, 2013.

UNDOLO, Márcio Edu da Silva. *Caracterização da norma do português em Angola*. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Évora, Portugal, 2014.